

## A CULTURA POLITICA DOS TRABALHADORES NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS\*

*Jorge Luiz Ferreira*

Em 1937, de Salvador, Bahia, Eduardo D. do Sacramento escreve uma longa carta ao presidente Getúlio Vargas relatando suas difíceis condições de vida e solicitando um emprego. Ao finalizar o texto, Eduardo declara que “não precisa que diga a V. Excia. que qualquer emprego me serve de vez que o seu espírito inteligente sabe cuncultar a alma do pobre. Também não agradeço a V. Excia. porque as minhas palavras seriam inexpressivas para tão elevado gráo de gratidão”.<sup>1</sup> Com palavras simples, Eduardo procura explicar, a seu modo, qual o processo que elevou Vargas a uma posição de destaque entre os trabalhadores da época. Por saber cuncultar<sup>2</sup> a alma do pobre, o presidente revelou ser possuidor de um espírito inteligente; logo, tal qualidade deveria ser retribuída com gratidão e reconhecimento.

Sabemos hoje, por pesquisas recentes, que a gratidão e o reconhecimento que Eduardo procurava demonstrar ao presidente não eram atitudes isoladas de um ou de outro trabalhador, mas, sim, as manifestações que o Estado varguista esperava de todos os trabalhadores (Castro Gomes, 1988). Construído a partir de um golpe político-militar e, portanto, carente de legitimidade, o regime inaugurado por Vargas em 1930 disseminou por toda a sociedade uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do novo governo. Para os trabalhadores, em particular, o Estado nos anos 30 e 40 tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles a aceitação e o consentimento ao regime político. Para isso, o novo governo patrocinou uma política pública voltada exclusivamente aos operários, instituindo, assim, novas relações entre Estado e classe trabalhadora. Com base na formulação de uma legislação social e trabalhista, fundamentada na *ideologia da outorga*, e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão (Castro Gomes, 1982), o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos. Os ecos dessa bem-sucedida política ainda hoje estão presentes nas pesquisas que procuram resgatar a memória popular do período, cujos resultados apresentam uma visão positiva de Vargas e do Estado Novo (Janotti, 1985).

Nesse contexto, este artigo procura explorar um elenco de questões difíceis. Como a política pública implementada pelo Estado repercutiu entre os trabalhadores e que resposta obteve? Teriam o operário, o desempregado e o trabalhador de salário mínimo reproduzido em palavras *exatamente* aquilo que a doutrina oficial pregava? O apoio que os pobres manifestavam a Vargas corresponderia ao mesmo apoio que Vargas esperava deles? Seria correto afirmar que a população pobre e trabalhadora passou a interpretar sua realidade social

---

\* Este artigo procura discutir algumas questões desenvolvidas nos capítulos I e II de minha dissertação de mestrado intitulada *Os trabalhadores do Brasil - a cultura popular no primeiro governo Vargas*, defendida em setembro de 1989 no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Agradeço os comentários, a ajuda e a amizade de Rachel Soihet, Ângela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas, meus interlocutores constantes em anos recentes.

<sup>1</sup> Processo n° 28.419, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 140, 1937.

<sup>2</sup> Próximo a sondar, entender, interpretar, etc.

a partir das novas idéias dominantes, passivamente e sem críticas? Qual, enfim, o impacto que a política estadonovista causou as pessoas comuns daquela época?

Tais questões, é importante ressaltar, não sugerem uma abordagem circunscrita apenas às idéias dos populares, mas partem da premissa de que eles, assim como as classes dominantes, também produzem idéias, as quais circulam na sociedade. A questão também é difícil no tocante às fontes, pois se os fundamentos do projeto político-ideológico implementado nos anos 30 podem ser estudados por meio da produção dos intelectuais engajados, pelos discursos dos governantes, pela propaganda política, literária, radiofônica e cinematográfica da época, nem sempre temos à nossa disposição o registro das idéias, das representações sociais e da maneira como as pessoas pobres e os indivíduos comuns organizaram a realidade social construída pelo Estado varguista em suas mentes.

As dificuldades para conhecermos as idéias e vivências dos populares da época de Vargas foram em parte superadas pela existência, no Arquivo Nacional, de um conjunto de cartas e de processos administrativos, onde as pessoas comuns tiveram a oportunidade de se manifestar e deixar registradas e sistematizadas suas experiências.<sup>3</sup> Essa correspondência resultou das atividades da Secretaria da Presidência da República, órgão diretamente vinculado ao presidente da República e que, nas décadas de 30 e 40 instituiu-se como efetivo e eficiente canal de comunicação entre o governo central e as diversas camadas da sociedade. A secretaria era responsável por toda a correspondência endereçada a Vargas, desde a de um chefe de Estado estrangeiro até a dos setores marginais da sociedade. Dotada de um certo grau de autonomia administrativa e impondo sua legitimidade perante toda a máquina estatal pela vinculação direta ao chefe de Estado, a secretaria atuava trocando informações com todas as instituições estatais, desde grandes ministérios até pequenas prefeituras. Ao receber as cartas que a população enviava a Vargas, com pedidos e reclamações variados, a secretaria as encaminhava a órgãos estatais que pudessem dar um parecer e uma possível solução, sem aparente discriminação. De posse desses dados, a secretaria enviava uma resposta ao interessado, pautada no parecer dado por aquelas instituições, apresentando uma solução positiva ou negativa.

Sabemos que o ato de escrever ao presidente da República, em si mesmo, não é grande novidade. Contudo, a riqueza quantitativa e qualitativa dessa correspondência, além de permitir ao pesquisador investigar o cotidiano e as condições de vida dos trabalhadores da época, possibilita sistematizar as manifestações das classes e dos grupos sociais, desde os estratos hegemônicos até os setores mais excluídos, cobrindo uma temporalidade considerável em todo o território nacional. Ao escreverem o que pensavam, as pessoas comuns na época de Vargas nos deixaram, por meio da Secretaria da Presidência da República, um valioso artefato cultural. Por ele, o historiador pode compreender o comportamento coletivo e a maneira como os trabalhadores receberam e reagiram ao projeto político-ideológico no Estado varguista.

Desenvolveremos o conjunto de idéias, valores, conceitos e imagens socialmente reconhecidos e manifestados pelos trabalhadores em sua correspondência, como sendo a expressão da cultura popular de uma época. O reconhecimento de que os trabalhadores também são portadores de cultura possibilitou a superação do entendimento do folclore como o lugar do curioso e do pitoresco; da interpretação de que a visão de mundo da classe trabalhadora forma um conjunto disperso, desorgânico e fragmentado de uma cultura dominante anterior; ou ainda da expressão “espírito do povo”. Trabalhos como os de Robert

---

<sup>3</sup> O Fundo da Secretaria da Presidência da República (1930-1965), composto de 3.483 latas e 20 códices, constitui o mais volumoso dos fundos da Presidência no Arquivo Nacional.

Darnton, Carlo Ginzburg, Mikhail Bakhtin, Mariëna Chauí, Peter Burke, Eugene Genovese e Edward Thompson,<sup>4</sup> entre outros, procuram não considerar a cultura popular nem como uma repetição malassimilada da cultura dominante, numa postura sempre contemplativa, nem como a oportunidade de exaltar uma suposta “pureza” dos trabalhadores, sempre na defensiva diante das investidas ideológicas das classes dominantes. Por cultura entendemos todo o conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que forma as crenças, idéias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo ou classe social. Esses padrões de comportamento surgem das experiências econômicas, sócio-políticas, ideológicas, familiares e religiosas dos indivíduos e dos grupos, que os expressam por meio da linguagem.

Mas como abordar as enunciações discursivas produzidas individualmente? Metodologicamente seria legítimo o estudo de formulações ideológicas que partem de indivíduos escrevendo isoladamente? O filólogo soviético Bakhtin afirma que “na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. *A enunciação é de natureza social*” (1986:109).

Assim, mesmo que nos deparemos com enunciações produzidas individualmente, o conjunto da correspondência apresenta toda uma constância de enunciados, termos, jargões e homogeneidade no manuseio do vocabulário, sugerindo-nos que um mesmo espectro cultural percorria essas enunciações. Além disso, a leitura da correspondência revela uma mesma temática: os personagens apresentam um triste quadro de precária situação social e, a partir disso, pedem algo - geralmente um emprego ou um aumento salarial. Uma mesma situação social e um mesmo objetivo de supera-la levam os vários personagens a registrarem suas formas de pensar e interpretar a sociedade, o momento político, as manifestações de poder e toda uma gama de percepções do mundo com uma mesma constância. A impressão que se tem, à medida que as cartas são lidas, é a de que mudam os nomes e endereços, mas a redação, o vocabulário e a temática permanecem quase inalterados.

## **Cultura popular e argumentação política**

Em 1937, de Porto Alegre, Heitor Pinto Silveira escreve a Vargas afirmando que:  
 “(...) Sendo oposicionista desde os bancos de preparatório, dificilmente poderia - direi impossível - solicitar um cargo ao Sr. Governador de Estado, e que nem conta mais com o valioso apoio de V. Excia.

Mas por ser oposicionista (Partido Libertador) eu não me julgo impossibilitado de solicitar um emprego ao exmo. sr. Presidente da República.

Pedir uma colocação é a coisa mais natural deste mundo; agora não o era absolutamente na República Velha em sendo agente da oposição... A República

---

<sup>4</sup> R.DARNTON, *O grande massacre de gatos*, Rio de Janeiro, Graal, 1986; C. GINZBURG, *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; M. BAKHTIN, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento - o contexto de François Rabelais*, São Paulo, Hucitec/Editora Universidade de Brasília, 1987; M. CHAUÍ, *Conformismo e resistência - aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987; P. BURKE, *Cultura popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; E. GENOVESE, *A terra prometida - o mundo que os escravos criaram*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; E. THOMPSON, *Tradicón, revuelta y conciencia de classe - estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, Barcelona, Grijalbo, 1979.

Nova está mudando essa mentalidade e graças às idéias e ideais de Getúlio Vargas (...).<sup>5</sup>

A leitura da carta de Heitor poderia sugerir, a princípio, pura e simplesmente, a manifestação entre os trabalhadores do projeto político estatal. Poderia sugerir, também, uma reprodução mecânica e direta entre os “de baixo” daquilo que os “de cima” diziam. Porém, é preciso perceber que Heitor elogia e pede. Heitor usa os argumentos de dominação, formulado pelos proprietários do poder, para tirar proveito e conseguir o almejado emprego. Informado das desavenças entre o presidente e o governador, trabalha e explora essas divergências políticas, o que demonstra que os trabalhadores não se achavam completamente alheios ao processo político ou dele apartados.

A maneira de abordar as enunciações discursivas dos trabalhadores aqui, usando as palavras de Darnton, não é “transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. Operando ao nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a ‘se virar’- e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos” (1986:XIV). Heitor aceita as formulações dominantes, elogiando e exaltando a nova ordem política, sem dúvida. Mas, quando conta a seu modo, procura tirar proveito da situação, barganhando a própria dominação. Heitor procura, na verdade, “se virar” dentro de um quadro onde as alternativas políticas e sociais são muito restritas.

Vejam os um outro texto que demonstra como as condições imediatas de vida levam os indivíduos a construir argumentos próprios para contornarem a dominação. Quando em 1938, de Diamantina, Minas Gerais, Amerida de Mattos Diniz escreve a Vargas procurando obter um benefício, deixa escapar por todo o texto um contra-argumento construído a partir do discurso de dominação estatal. Amerida inicia a carta dizendo que:

“Permitta Va. Excia. que uma pobre e humilde funcionária postal suba diretamente, à presença de Va. Excia. para solicitar sua decisiva protecção para um acto que é também de justiça”.

Para a autora, a protecção, termo que anuncia algo de arbitrário, visa estabelecer alguma coisa muito cara à doutrina estadonovista: a justiça. Amerida vai diretamente ao chefe de Estado à procura dessa justiça e legitima esta atitude dizendo:

“Aliás, não faço senão cumprir os desejos de Va. Excia. que já declarou que no Estado Novo não existem intermediários entre o governo e o povo”.

A afirmação de Vargas, num de seus discursos, visava legitimar a ditadura com o fim dos partidos e do Congresso, sugerindo a ligação orgânica entre chefe e povo. Amerida trabalha com este argumento de dominação, recriando um contra-argumento na cobrança desta mesma afirmação.

Após a introdução do texto, a autora inicia a exposição de seu problema:

“Sou agente postal do distrito de Buenópolis, município de Diamantina, Estado de Minas, E. F. C. B., ha mais de 11 annos percebendo os vencimentos mensais de 200\$000. Tenho 12 filhos, casada que sou com Manoel Natalicio Diniz, homem pobre. Este só agora obteve um emprego em Diamantina, em uma casa de commercio, mas, o seu ordenado, igual ao meu, é quase todo absorvido pela pensão que ali paga.

<sup>5</sup> Processo n° 31.583, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 140, 1937.

Afim de obter a nomeação de auxiliar na Diretoria Regional do Correios e Telegraphos de Diamantina já me submetti com sacrificios inauditos a dois concursos, bastando dizer estudava com as criancinhas a chorarem em redor de mim...”

Amerida diz que foi classificada no concurso mas, carente de proteção, não foi nomeada. Seu objetivo é a nomeação para o cargo, a fim de que possa transferir-se para Diamantina e morar com o marido. Assim, continua a autora:

“(...) venho pedir a Va. Excia. por caridade, fazer a minha nomeação para uma das vagas. Tenho concurso, sou agente postal ha 11 annos e mãe de numerosa familia, devo ter alguma preferencia”.

A preferência de que Amerida fala, obviamente, são os filhos. Mas, procurando elaborar melhor o argumento, Amerida parte dos pressupostos doutrinários do Estado Novo, visando reforçar seu ponto de vista.

É interessante, nesta parte do texto, observar como a autora trava uma argumentação com o poder:

“O Estado Novo collocou a familia sob sua proteção especial e prometeu o amparo as familias numerosas. Pois bem. Va. Excia. fazendo a minha nomeação estará protegendo a familia pois bem sabe Va. Excia. que é improprio do casamento viverem os conjuges separados um do outro. Tal situação só pode concorrer para a desagregação do lar. E se essa situação é por motivo economico, mais uma razão existe para Va. Excia desfaze-la, auxiliando a esta numerosa familia, possibilitando-a viver junto do seu chefe e reduzindo dest'arte as duas despesas”.<sup>6</sup>

Amerida assume como sua as formulações dominantes relativas ao Estado amparador da família e da moral conjugal vigente. Mas não se trata de mera cópia ou de reprodução mecânica. Amerida capta o discurso dominante e, de acordo com suas condições imediatas de existência e seus parâmetros culturais de mundo, reinterpreta e retrabalha a simbologia de dominação em proveito próprio. Atenta ao discurso estadonovista, particularmente no que se refere à família e ao casamento, a autora procura cobrar coerência da doutrina oficial. Sua nomeação para o cargo seria a realização daquilo que o Estado Novo dizia estar acontecendo, num caso concreto. Amerida trabalha com a doutrina oficial, selecionando aqueles elementos que melhor convêm aos seus interesses imediatos. Seu depoimento descortina a maneira como as pessoas comuns elaboram estratégias de vida, criando contra-argumentos a partir da lógica do discurso dominante.

É possível, contudo, argumentar que o aparato hegemônico da época teria sustentado um conformismo generalizado; que a aceitação ao projeto dominante, por parte desses setores, se daria por razões de subordinação intelectual; além da incapacidade desses setores de formularem um projeto próprio, autônomo e alternativo ao poder. Sem negar a importância do conceito gramsciano de hegemonia, acreditamos, porém, que ele precisa ser relativizado, evitando-se uma abordagem totalizadora e instrumental. Procuramos, aqui, seguir a interpretação de Thompson (1979:60), para quem o processo de hegemonia não impede as

<sup>6</sup> Processo n° 7.823, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 145, 1930.

peças de defenderem seus interesses, de buscarem saídas alternativas, de procurarem brechas nas regulamentações autoritárias e de perceberem os limites impostos.

Tentemos trabalhar com essa abordagem no depoimento de Antonio Ivo Vieira que, de Belo Horizonte, em 1939, escreveu a seguinte carta a Vargas:

“(…) sendo eu um simples guarda de 2ª — classe da E.F.C.B. (…), contando já com quasi 20 annos de serviço à Estrada, com a minha fe de officio limpa, sem cousa alguma que possa desabonar-me a conducta. Tenho 4 filhos que necessitam de conforto e alguma instrução e eu com este parco ordenado de 350\$000 mensais, não estou na altura de dar-lhes nem sequer a instrução primaria, que infelizmente até isto agora se paga; soffro grandes descontos em folha de pagamento (...); não tenho podido nem ao menos sustentar os meus filhos com esse parco vencimento (...); a minha situação é mais que premente, é afflictiva e angustiosa e sei que tenho já direitos adquiridos para merecer uma promoção à classe imediata (...) nem roupa e calçado para os meus 4 filhos, posso adquirir, pois o meu ordenado mal dá para não morrermos à fome. Desde já Sr. Presidente, peço para que Deus abençõe à V. Excia. e toda Exma. familia e V. Excia. poderá em qualquer terreno, contar com a mais sincera e grata admiração, do mais humilde servidor da Nação, de que é V. Excia. o seu mais alto Magistrado e Chefe forte, energico e justiceiro. Salve! Sr. Presidente Dr. Getulio Vargas”.<sup>7</sup>

O objetivo de Antonio, como vemos, é apenas um: a promoção. Com mais de vinte annos de serviço, tem a ficha limpa e nada que lhe desabone a conduta. Formulado o objetivo e a legitimação para alcançá-lo, talvez fosse possível que Antonio collocasse ponto final na carta, sem nada mais a dizer. No entanto, Antonio continua. O objetivo e sua legitimação, nesse caso, não passam de mera introdução da própria carta. Antonio continua a escrever, indo por duas vias, excludentes e complementares ao mesmo tempo.

Numa primeira, Antonio argumenta, denuncia, na verdade, que sua situação é premente, aflitiva e angustiosa, já que seu ordenado é para não morrer de fome. Com o parco salário, com grandes descontos em folha,<sup>8</sup> não tem podido sustentar as quatro crianças, comprar-lhes roupas, calçados, dar-lhes conforto e alguma instrução. Sobre esta última, afirma que, agora, até ela se paga. Aqui, Antonio nada tem de conformado e o que demonstra é a revolta e o sentimento de injustiça.

Na segunda via, porém, em brusco contraste com a primeira, Antonio se diz humilde servo, além de sincero e grato admirador de Vargas. Para o autor da carta, o alto magistrado e chefe forte tem como qualidade a energia e a justiça.

Antonio procura alcançar sua promoção demonstrando a grave situação em que vive, em que denuncia, protesta e nega ao mesmo tempo que aceita, subordina-se e confia. Confiando e negando, para Antonio não há contradição aparente entre o aceitar e o opor. Existe na consciência social do autor, isto sim, limites que não podem ser rompidos. A denúncia tem de ser seguida de elogios e exaltações ao chefe de governo. Ultrapassados esses limites, Antonio estaria pondo em perigo a possibilidade da realização de seu objetivo e, quiçá, a sua própria segurança individual. A propósito, poderia ser diferente? Haveria

<sup>7</sup> Processo n.º 4.040, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 159, 1939.

<sup>8</sup> É interessante observar como os trabalhadores nesta época reclamavam dos descontos nos seus salários para os institutos de previdência social. Não poucas vezes, ao declararem quanto ganhavam, faziam questão de comparar o salário bruto com o líquido, chamando a atenção para os descontos.

possibilidade de Antonio apenas denunciar sem nenhuma manifestação de conformismo e aceitação ao regime? Ao aceitar resistindo e resistindo ao aceitar, Antonio manifesta formas de percepção de mundo que encampam e ao mesmo tempo reelaboram as concepções dominantes em proveito próprio.

As enunciações discursivas dos trabalhadores na época de Vargas demonstram como eles aceitavam o discurso oficial e as concepções dominantes do mundo. Todavia, essas formas de expressão em nenhum momento significavam conformismo, passividade ou resignação.

Em primeiro lugar, esse aparente conformismo fazia parte de uma estratégia de vida para alcançarem seus objetivos. Vivendo em difíceis situações existenciais, com baixos salários e reduzida oferta de empregos, ao recorrerem ao Estado, produtor de toda uma legislação que os beneficiava materialmente e formulador de um discurso que assumia suas dificuldades, os trabalhadores procuravam uma alternativa a mais em suas vidas que, como estratégia, não poderia ser subestimada.

Em segundo lugar, as pessoas comuns apresentavam em seus escritos, implicitamente, formas de críticas ao estado de coisas que viviam, criando contra-argumentos que tinham como base e matriz as idéias dominantes.

Finalmente, quando os trabalhadores manipulavam todo o arcabouço doutrinário e prático do Estado varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los - a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso, o bem-estar, etc. - e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente. Não é casual que em seus escritos não fizessem referências à repressão política, às prisões arbitrárias, à tortura policial, etc. E não por desconhecimento, pois sabiam o que se passava, apenas omitiam por estratégia.<sup>9</sup> Nesse caso, como afirma Thompson, “quando o povo busca uma legitimação do protesto, recorre amiúde às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária e seleciona entre elas aquelas partes melhor pensadas para defender seus interesses do momento” (1979:45). Percebendo os limites impostos e selecionando a legislação e a doutrina estadonovista em benefício próprio, ao mesmo tempo que deixavam de lado todo o aparato coercitivo e excludente, os personagens criavam estratégias de vida que as usavam para avançar. O que procuravam, na verdade, era “se virarem” num quadro de dificuldades provenientes de um modelo de dominação social que lhes negava os direitos mais elementares à vida.

Este processo não se encontra em uma ou outra carta, mas nas milhares que tivemos oportunidade de estudar. Vejamos um caso muito interessante de como a intervenção estatal na vida cotidiana dos trabalhadores, escondendo privilégios de classe bem definidos, leva-os a uma reação na defesa de seus interesses, fazendo-os buscar nas próprias ideologias dominantes a saída para a solução de seus problemas.

O caso se refere a uma carta escrita em 1931, da cidade de São Paulo, em que um grupo de professores relata os efeitos da recém-implantada reformado ensino.<sup>10</sup> Dizem eles que “ha em S. Paulo milhares de estudantes menos abastados que trabalham durante o dia e

---

<sup>9</sup> Isso é o que nos revela a pesquisa desenvolvida por Maria de Lourdes M. Janotti acerca da memória popular referente ao Estado Novo, a partir de uma metodologia em história oral. Uma das conclusões de sua pesquisa diz respeito à consciência que os trabalhadores tinham da repressão policial do período, comparando-a, inclusive, com a do regime militar pós-64 (cf. Maria de Lourdes Janotti (coord.), *Memória e Estado Novo*. Pesquisadores: alunos de História do Brasil Independente II, Diurno, 1983 - FFLCH/SP. Comunicação apresentada no XIII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, Curitiba, 1985).

<sup>10</sup> Decreto n° 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino secundário.

estudam á noite (...). São empregados no commercio, contadores, funcionarios publicos, professores primarios, pharmaceuticos, dentistas, graduados do exercito e da policia... que lutam por um melhor futuro”.

Pelo sistema de ensino anterior à reforma, era possível que um grupo de professores se cotizasse, abrisse um colégio sem registro oficial e ministrasse suas aulas. O certificado de conclusão era concedido pelo Estado, que applicava as provas, avaliando os alunos. Para os professores que escrevem a carta, esses “collegios, como os ha tantos, em S. Paulo, constituídos pelos proprios professores que se associaram cada um as materias que são especialistas, representam o ideal em eficiencia de ensino e em modicidade de taxas porque não ha aqui o lucro do capitalista... Taes collegios não devem desaparecer”.

Pela reforma do ensino, tais colégios não poderiam existir, devendo dar lugar a estabelecimentos de ensino registrados e controlados pelo Ministério da Educação e Saúde, devidamente equipados. Esta reforma, dizem os professores, “obra de um grande Ministro é, conseqüentemente, sabia, mas, estabelecendo um regimen onde ha uma interferencia directa e constante do Estado, destruiu o ensino livre no qual o Estado se reserva apenas a atribuição de verificar, por exame, o preparo do candidato. Este regimen de liberdade é justamente o unico adaptavel áquelles alumnos”.

Ora, em primeiro lugar, se esse é o *único* regime adaptável, a reforma não é tão *sábia* como dizem, muito menos o ministro fez uma *grande obra*. Aqui, é o momento em que os limites do que é possível são percebidos pelos professores. Critica-se até onde é possível e o limite dessa crítica é a contestação e a negação às regras autoritárias. Enfim, aceitam para poderem avançar. Em segundo lugar, é a defesa que fazem do liberalismo em seu próprio benefício. O intervencionismo estatal atingiu o cotidiano desses professores, que se vêm impossibilitados de ganharem a vida. A defesa do liberalismo, longe de expressar submissão a um projeto hegemônico, é usada como argumento em prol de seus próprios interesses.

Dizem também os professores que pela reforma só poderão subsistir collegios optimamente instalados, mas que cobram, todos elles, mensalidades superiores ás que poderiam pagar os peticionarios e mensalidades que terão ainda de augmentar, e muito, para que possam taes institutos satisfazer ás exigencias materiaes da reforma”. É muito claro o que dizem os professores: a nova legislação de ensino será benéfica aos diretores dos grandes colégios, que irão descarregar nos estudantes os custos da reforma. Mas não só isso. Para os professores paulistas há, no bojo da reforma, um privilégio de classe, que beneficia os proprietários das grandes escolas. Impedidos de formarem suas próprias escolas, na realidade espécie de cooperativas, só lhes restaria serem empregados dos grandes diretores, tomando-se assalariados. Esta correlação que fazem entre reforma de ensino e privilégios de classe não poderia ser melhor enunciada quando falam que nas suas precárias escolas onde “não ha o lucro do capitalista (...)”.

A reforma do ensino implementada pelo Estado interveio diretamente no cotidiano dos professores. Esses identificaram os efeitos devastadores que ocorreriam, argumentaram, buscando no liberalismo a solução ideal, e apontaram os privilégios de classe embutidos na reforma. A ação vinda de cima incitou uma outra, vinda de baixo. A intervenção dos professores vem na forma de uma sugestão que “permittirá a manutenção do ensino livre ao lado do ensino officializado e a subsistencia daquelles colegios, meio de vida dos professores mais honestos e competentes: Os alumnos que não estudassem em collegios equiparados poderiam prestar, no fim de cada armo, nos gymnasios officiaes, exame das materias da serie em que estão matriculados”. Sugerir esta solução, meio-termo entre a reforma governamental e o antigo sistema, é a maneira com que procuram intervir: Sete dias depois, a carta chega às

mãos do Diretor-Geral do Departamento Nacional do Ensino do Ministério da Educação, que, diante do problema, emite o seguinte parecer dirigido ao Ministro da Educação:

“(...) A medida proposta está auctorizada no citado decreto, para o corrente anno, sómente. Quando ha tempos V. Ex., me deu a honra de ouvir esta parte da reorganização do ensino secundario, tive occasião de me manifestar favoravelmente á medida agora solicitada, visto considerar que, nestes primeiros annos, não possa realizar-se a equiparação de institutos particulares de ensino secundario em numero tal que satisfaça aos interesses da grande população escolar em todo o Brasil. Parece-me, pois, que deve ser opportunamente prorrogada a disposição contida no decreto para o corrente anno, relativamente aos alumnos que não estejam matriculados em collegios equiparados, isto é, permittirse que taes alumnos prestem exame no Collegio Pedro II, nesta Capital, ou nos gymnasios estaduaes, nos Estados”.<sup>11</sup>

No caso dos professores paulistas, os acontecimentos vindos de cima atingiram diretamente suas vidas. Longe de assistirem passivamente a esta invasão, que devastaria seus cotidianos, esses trabalhadores procuraram reagir. E foi no próprio desenrolar dos acontecimentos, no dia-a-dia, que as formas de superação encontraram possibilidades de se realizarem. Percebendo os limites impostos pelas regras autoritárias e retrabalhando a simbologia do poder dominante, eles criaram estratégias de vida para superar as dificuldades com que se depararam. Criticando até onde era possível (e permitido) e aceitando as regras autoritárias, os professores paulistas montaram uma estratégia para alcançarem seus objetivos.

E, ao que parece, obtiveram sucesso.

## **A Imagem popular do Estado: o significado da justiça**

A tradição autoritária no pensamento político brasileiro procura desconhecer a participação dos trabalhadores na vida política do país. Em termos gerais, as pessoas comuns não apenas não participam, como em nada influem no processo político. Incapazes de intervirem no quadro político, desqualificadas para participarem do jogo liberal-democrático, alheias e desinteressadas dos grandes acontecimentos, as pessoas comuns só reagiriam, esporadicamente, na forma de revoltas, manifestações de rua e protestos localizados. Sua participação se resumiria a uma ação espontânea, regida exclusivamente pela fome.

A leitura dos textos produzidos pelos trabalhadores, sejam aqueles oriundos do movimento operário organizado, sejam os dos setores não-organizados, desmente essa perspectiva. A formação da Aliança Liberal, as eleições de 1930, o movimento político ocorrido nesse ano, a revolta paulista de 1932, a constituinte de 1934, a implantação do Estado Novo, bem como uma cuidadosa atenção aos discursos de Vargas, são assuntos que fluem com observações de toda ordem.

Neste momento da análise, porém, queremos ir além da simples constatação de que as pessoas comuns na época de Vargas tinham conhecimento do processo político. Mais do que apenas possuir informações, os trabalhadores interpretaram esses acontecimentos políticos de acordo com suas experiências, expectativas, necessidades e tradições, formulando, deste modo, uma história política recente do país. Evidentemente, a maneira como as pessoas

<sup>11</sup> Processo nº 73, FSPR, Série Ministérios, Subsérie Educação e Saúde Pública, lata 30, 1931-34.

comuns contavam a trajetória política que viveram não tinha a precisão dos historiadores políticos. Entretanto, é preciso lembrar que, de acordo com Darnton, “visões de mundo não podem ser descritas da mesma maneira que acontecimentos políticos, mas não são menos ‘reais’” (1986:39). Queremos com isso reconhecer a legitimidade da interpretação que os trabalhadores formularam do processo político, uma vez que a maneira como contaram a realidade social e política de sua época não surgiu a partir de ilusões e falsas expectativas, mas, sim, do cotidiano concreto de suas vidas, de seus parâmetros culturais de mundo, e encontrou lastro na realidade social que vivenciaram. Além disso, essa interpretação que os trabalhadores fizeram da história, num processo circular, influenciou e sofreu influências das idéias dominantes.<sup>12</sup>

Assim, nos anos subseqüentes a 1930, toda uma história é contada e repetida sistematicamente pelos trabalhadores, onde o presente é exaltado, o passado repudiado e o futuro idealizado. Na carta escrita por José de Alencar Pereira, da cidade de São Paulo, estão presentes algumas descrições do período anterior a 1930, conhecido na época como *República Velha*. José inicia a carta dizendo que foi funcionário postal durante dez anos, “tendo sempre se esforçado por bem cumprir os deveres de seu cargo”. Apesar disso, o ambiente na repartição antes da chegada de Vargas ao poder era de uma “subserviência aviltante”, dominado por grupos políticos “que outra cousa não faziam se não incensar seus superiores e os detentores do poder”. Por não concordar com essas práticas, “viu-se logo o requerente rodeado de má vontade de seus chefes, num ambiente de ódios e perseguições”. Diz ainda José que “raros os funcionarios que, no regime decahido, tinham noção clara e consciente dos deveres de seus cargos”, por um lado, e “raros os superiores que sabiam manter a serenidade e Justiça em relação aos subordinados”, por outro. Perseguido por não concordar com esse ambiente, José alega que seus superiores criaram inúmeros incidentes até demiti-lo do cargo. José termina sua carta com a seguinte avaliação:

“Demittir-se um pae de familia, com dez annos de serviços publicos, levados a effeito com sacrificio e honestidade, era, para os senhores chefes de então, materia comesinha e de importancia nulla:

Só é grande a Patria onde a Justiça impera e o que o requerente pede não é senão REPARAÇÃO E JUSTIÇA”.<sup>13</sup>

Parecido é o caso de Joaquim Cyrillo da Silva Ramos, de Caruaru, Pernambuco, afirmando que o “Estado Novo, felicissima idéa, que veio por termo a maldita politica, sempre acompanhada de um sequito de inominaveis explorações e perseguições”.<sup>14</sup> É também o caso de Adolpho Corrêa de Araujo, do Rio de Janeiro, quando diz: “extinto o regimen de pistoões (...)” e “há bem pouco, quando as leis ainda nada nos garantiam (...)”.<sup>15</sup> E o de Armindo de Siqueira Horta, de Aracaju, contando que “tenho sido victima de preterições por não ter logrado proteção, nem pleitel- a entre os politicos de outróra”.<sup>16</sup> A prática política do regime

<sup>12</sup> No dizer de Emilia Viotti da Costa, “hoje já se tornou lugar-comum dizer que o discurso dos oprimidos é diferente do discurso dos opressores. É preciso lembrar, no entanto, que esses discursos não correm paralelos, sem jamais se tocarem. Os oprimidos freqüentemente se apropriam de conceitos utilizados. O inverso também é verdadeiro: as camadas dominantes têm através da história buscado inspiração no discurso dos dominados, ou se apropriado dele para utilizá-lo como instrumento de dominação” (*Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1983, Suplemento Idéias, 10).

<sup>13</sup> Processo n° 65.683, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 60, 1935.

<sup>14</sup> Processo n° 29.903, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 159, 1939.

<sup>15</sup> Processo n° 2.803, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 247, 1940.

<sup>16</sup> Processo n° 437, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 54, 1931.

anterior ao de Vargas é encarada como efetiva de dominação social e política. Caso flagrante da capacidade de avaliação desse quadro é o depoimento de José Antonio B. Filho, da cidade de São Paulo:

“Peço venia vir, novamente a presença de V. Excia. como pequeno servidor, da Republica Nova, pedindo o amparo e a valiosa, interferencia na minha justa pretensão, que é a minha promoção, ao cargo de Porteiro, da Delegacia Fiscal em São Paulo. Quando servente na mesma Delegacia era perseguido, marquei passos sem nunca ter sido promovido, pois tinha o meu obscuro, nome na Lista do ex-Partido Republicano Paulista, por pertencer e cooperar como fiscal do PARTIDO DEMOCRATICO, em diversos pleito eleitoral.

Não só votei nos candidatos da ALIANÇA LIBERAL como cooperei para victoria esmagadora CANDIDATOS NACIONAL, e sempre reagi toda ameaça remoção que constituia a ARMA do ex-P.R.P.”<sup>17</sup>

Perseguições políticas, listas negras, pistolões, leis sem garantias de cumprimento, apadrinhamentos e remoções punitivas não escapavam aos olhos de nossos personagens. Esses depoimentos dão sinais de que os trabalhadores não estavam tão alheios aos acontecimentos políticos, bem como de sua capacidade de perceberem a prática política como efetivo exercício da dominação.

É marcante a importância que o movimento político de 1930 assume no imaginário político popular na época de Vargas. A chamada Revolução de 30 é a ponte que liga um Estado parcial, opressor, ilegítimo e arbitrário a outro que se apresenta como justo, neutro e acima dos interesses de classe. O passado, personificado nos políticos interesseiros e personalistas da República Velha, desfaz-se para dar lugar, no presente, a um Estado que, personificado em Vargas, se apresenta como de todo o povo.

As falas dos trabalhadores são precisas acerca da revolução: é o momento do reencontro do Estado com o povo, como diziam os detentores do poder. É o ponto de origens simbólicas de uma sociedade com os mesmos objetivos e finalidades.

Mas não apenas isso. Ela é mais, pois, no decorrer da década subsequente, os trabalhadores identificariam esse reencontro como a possibilidade da efetivação do Estado de justiça. As enunciações não se referem a uma revolução feita para desalojar antigos governantes e trocá-los por outros. Ela dá ensejo a um Estado que se coloca acima dos interesses particulares dos poderosos locais, tornando-se árbitro dos conflitos de classe, amparando os menos favorecidos diante do poder e da arbitrariedade dos grandes.

É o que diz José P. Simões que, de Jaboatão, São Paulo, prestes a ser demitido do emprego, pede a Vargas que tome algumas providências diante de “tamanho injustiça, incompatível com os ideais da Revolução, que se fez justamente para coibir os abusos que se notavam então”.<sup>18</sup> Mas ela também foi feita, no telegrama de Nemesio C. Falcão, de Bodoco, Pernambuco, para “sanear, moralizar costumes da Republica Velha”.<sup>19</sup> Isso, porque, para Nicolau De Biasi, da cidade de São Paulo, se encontrava a “Nação corrompida pelos nefastos saqueadores do regime deposto”.<sup>20</sup> Desta forma, “a Revolução de 30, movimento libertador do

<sup>17</sup> Processo nº 298, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 54, 1931.

<sup>18</sup> Processo nº 24.434, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 56, 1933.

<sup>19</sup> Processo nº 42.425, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 137, 1934.

<sup>20</sup> Processo nº 7.613, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 60, 1935.

Brasil”, nas palavras de um ator desempregado,<sup>21</sup> tem em Vargas o “incansável apregoador virtudes ideais revolução de trinta”, diz o telegrama enviado por Petrarca C. Vasconcellos.<sup>22</sup>

A revolução é o grande corte na história que nos contam.<sup>23</sup> República Velha, Revolução de 30 e governo Vargas fazem parte de um mesmo processo, orgânico e linear, e não podem ser apreendidos separadamente pelo pensamento popular. Mas essa história tinha um parâmetro para a avaliação e o julgamento dos períodos anterior e posterior a 1930: a justiça. Para os trabalhadores, o regime anterior a Vargas foi marcado fundamentalmente pela inexistência da justiça. A revolução, por sua vez, trouxe no seu próprio acontecer a possibilidade da efetivação dessa justiça. O governo chefiado por Vargas, por fim, foi o coroamento desse processo e da conseqüente realização da justiça para os pobres e os trabalhadores.

Este Estado realizador da justiça está presente nas palavras de Gastão S. Guerra, de Santos, para quem “o ambiente de liberdade que sentimos actualmente no Brasil, faz esquecer qualquer obstáculo, quando trata-se de um direito ou de fazer-se uma justiça”, pois, “deante da muralha do regime do filhotismo em que vivíamos, infrutíferos foram os meus inúmeros pedidos de justiça (...)”<sup>24</sup> Coincidente opinião emite Sylvio Correia de Souza, do Rio de Janeiro, dizendo que “com o advento do governo Revolucionário, finalmente raiou para o Brasil uma nova era de justiça”.<sup>25</sup> Mais enfático na declaração do Estado de justiça é o que escreve Percilio P. Bandeira, de Porto Alegre: “Com a Nova Era de Justiça e Equidade implantada por V. Excia. com o advento do Estado Novo, todos os brasileiros, no uso de seus direitos legítimos, podem e devem dirigir-se às altas autoridades do País, reivindicando os direitos que lhes são assegurados, em toda e qualquer emergência”.<sup>26</sup>

Quando as enunciações discursivas se voltam para descrever o Estado Novo, o que é e para o que veio, elas apontam para este terreno de justiça, de plena soberania voltada para os excluídos. Na carta de José P. de Abreu, de Itabaianinha, Sergipe, lemos que “com o advento do Estado Novo, acabou-se o protocolo pragmático que não permitia o governo identificar-se com o povo (...). Hoje os humildes brasileiros como eu sentem-se encorajados em pedir-lhe diretamente, algo em seu benefício (...)”.<sup>27</sup> Além disso, no telegrama de Francisco Azevedo, de Santa Rita, Bahia, o Estado Novo é definido como “grande obra de Salvação do Brasil”,<sup>28</sup> enquanto para Antonio R. Duarte, do Rio de Janeiro, “o Estado Novo (...) que em boa hora V. Excia. inaugurou no Brasil livrando o seu povo do jugo agonizante dos políticos falidos”,<sup>29</sup> pois, no entender de Djalma A. Freitas, de Alegre, Espírito Santo, o “Estado Novo quer o contato direto com o povo”.<sup>30</sup>

Como abordar esse sentimento de justiça que se disseminou entre os trabalhadores ao explicarem o regime surgido após 1930? Esse sentido de justiça poderia ser analisado com o

<sup>21</sup> Processo nº 5.653, FSPR, Série Ministérios, Subsérie Educação e Saúde Pública, lata 189, 1939.

<sup>22</sup> Processo nº 3.656, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 60, 1935.

<sup>23</sup> Como afirma Ângela de Castro Gomes, “a Revolução de 1930 não pode ser considerada como o marco de origem na formulação de uma política social no Brasil e nem mesmo o momento simbólico a partir do qual se teria inaugurado o intervencionismo do Estado na regulamentação do mercado de trabalho” (1979:213-4).

<sup>24</sup> Processo nº 156, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 54, 1931.

<sup>25</sup> Processo nº 975, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 54, 1931.

<sup>26</sup> Processo nº 19.032, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 146, 1938.

<sup>27</sup> Processo nº 18.100, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 146, 1938.

<sup>28</sup> Processo nº 9.533, FSPR, Série Ministérios, Subsérie Trabalho, lata 202, 1939.

<sup>29</sup> Processo nº 18.051, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 146, 1938.

<sup>30</sup> Processo nº 2.183, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 247, 1940.

argumento, ainda muito em voga, de que não passava da manifestação da ideologia populista, dirigido pela demagogia, sob os auspícios do paternalismo. Não o vemos dessa maneira.<sup>31</sup>

Para Ângela de Castro Gomes, a interpretação dominante procura explicar o sucesso do projeto varguista e o papel do Estado na construção da identidade da classe trabalhadora da seguinte maneira: o processo natural de constituição de uma identidade operária durante a Primeira República, levada a cabo pelos próprios trabalhadores, sofreu uma quebra com a intervenção estatal. Essa ruptura produziu uma identidade “de fora”, atrelando a classe trabalhadora a lideranças exteriores a seus quadros. Surgiu, como consequência, uma classe trabalhadora subordinada e incapaz de iniciativa própria. O sucesso do trabalhismo, assim, teria como fundamento o próprio processo de formação da classe trabalhadora - origens rurais e peculiaridades da industrialização brasileira, entre outros fatores - ou, ainda, as práticas populistas, manipuladoras e eleitoreiras. O corolário desse processo estaria na anomalia da organização corporativista, que resistiria à Constituição liberal de 1946, na eleição de Vargas em 1950 e no crescimento do PTB (Castro Gomes, 1988:22-23).

Ao questionar essa interpretação, Ângela de Castro Gomes parte do pressuposto de que a formação de uma classe trabalhadora não deve ser abordada apenas como um fenômeno da história econômica, mas também da história política e cultural. Por essa abordagem, explicar a adesão da classe trabalhadora ao Estado varguista apenas pelos cálculos utilitários de benefícios provindos do Estado, numa simples troca da obediência política pela legislação social, não basta para dar conta da relação entre Estado e classe trabalhadora.

Sem negar essa lógica material no pacto estabelecido entre Estado e classe trabalhadora, a autora sustenta que houve uma combinação com a lógica simbólica embutida no discurso estatal, cujo discurso trabalhista resgatou a auto-imagem e os valores construídos e defendidos pelos próprios trabalhadores na Primeira República, deu-lhes novos significados e apresentou-os como seus. Ao mesmo tempo, a lógica simbólica no discurso trabalhista apresentou os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento e, fundamentalmente, reciprocidade.

Para Ângela de Castro Gomes, “o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chaves da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só ‘obedecia’ se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto” (1988:195).

Quando os trabalhadores delineavam as formas do Estado varguista, projetando a imagem da justiça, procuravam reconhecer as atividades práticas e teóricas desenvolvidas por esse Estado, mas, e ao mesmo tempo, procuravam avançar. Se o Estado pós-30 se apresentava como o de todo o povo, amparando e protegendo os trabalhadores, acima dos interesses de classe, referir-se a essa justiça era cobrar o motivo de existir desse mesmo Estado. Dizer que o

---

<sup>31</sup> Em *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro, Paz e Terra 1980, p. 62), Weffort afirma que “o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes”. Conceber as manifestações dos trabalhadores a partir da relação dual “massas atrasadas” *versus* “líder esperto”, mediados pelo paternalismo e pela manipulação, é um reducionismo que encobre a própria concepção política do analista.

Estado varguista estava pautado na justiça não era apenas submeter-se politicamente. Era um recurso para cobrar a justiça que os “de cima” diziam estar sendo praticada. É por essa concepção que lemos a carta de João P do Amaral, da cidade do Rio de Janeiro:

“(…) nunca descaí de V. Ex., e, ainda hoje, folgo em declarar que, apesar de ser um dos poucos brasileiros que não receberam justiça do governo de V. Ex., não o culpo por isso”.<sup>32</sup>

Sendo assim, seria o momento de Vargas fazer justiça a João; é o raciocínio que, implicitamente, se constrói. O clamor por justiça está vinculado ao emprego, ao salário, ao bem-estar dos filhos, enfim, a uma vida melhor. Nesse caso, como no de outros, Ângela de Castro Gomes afirma que “se os benefícios produzidos pelo Estado sob a forma de leis estavam tendo aplicação e estavam sendo reconhecidos pela classe trabalhadora, ela não deixava de resistir politicamente” (1988:194).

## Considerações finais

As dificuldades que os trabalhadores enfrentavam nos anos 30 e 40 eram de toda ordem: mercado de trabalho muito restrito, falta de oportunidades, insegurança nos empregos, baixos salários, alta do custo de vida, famílias numerosas, etc. Ter um emprego que assegurasse ao menos a alimentação da família, eis o objetivo primeiro do trabalhador.

É neste quadro que o Estado varguista se impõe, assumindo a responsabilidade de minorar essas dificuldades, reconhecendo os trabalhadores como parceiros legítimos no cenário político e produzindo uma legislação que lhes proporcionasse ganhos efetivos. Diante de tamanhas dificuldades, os trabalhadores não ficaram indiferentes ao discurso e aos ganhos materiais produzidos pelo novo Estado. O fato de as pessoas comuns escreverem a Vargas relatando suas dificuldades, elogiando o presidente e pedindo algum benefício era o reconhecimento de que o Estado pós-30 estava produzindo ganhos, materiais e simbólicos, e abrindo novas alternativas e oportunidades que os trabalhadores não descartavam como estratégia de vida - ainda mais se lembrarmos que não encontramos qualquer correspondência com o mesmo teor em poder da Secretaria no período anterior ao de Vargas. É o que fizeram os personagens citados anteriormente e um número incontável de trabalhadores daquela época. Era uma estratégia de lutar dentro do sistema político, aproveitando as oportunidades que se abriam. Lembremos que as alternativas de oposição frontal ao regime eram muito restritas e, inclusive, perigosas.

Os trabalhadores nos anos 30/40 podem ter aceitado o projeto político estatal, consentido na implementação de formas autoritárias de poder, e mesmo ter depositado sua confiança naquilo que os “de cima” diziam. Entretanto, a aceitação de determinadas formas de poder não impedia os trabalhadores de identificarem seus problemas de classe, apontarem as soluções que convinham a seus interesses e lutarem por elas. Dentro dos padrões políticos e culturais da época, as pessoas comuns davam novos e diferentes significados aos códigos, normas e valores autoritários e, de acordo com suas experiências, procuravam redirecioná-los em seu próprio benefício, ao mesmo tempo que omitiam as regras excludentes e autoritárias. Ao fazerem a leitura do discurso hegemônico dessa forma, abriam brechas no aparelho

<sup>32</sup> Processo nº 31.972, FSPR, Série Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral, lata 140, 1937.

político autoritário e procuravam saídas alternativas num quadro político e social onde essas mesmas alternativas eram bastante escassas.

A análise por este prisma não implica subestimar a eficiência do discurso varguista, minimizando sua repercussão entre os trabalhadores. Ao contrário, as manifestações de apoio destes últimos à política pública implementada pelo Estado demonstram que o discurso varguista não apenas foi eficiente, como obteve, inclusive, certo sucesso. Queremos enfatizar, porém, que o apoio manifestado pela população não era exatamente o que o governo almejava.

Quando os trabalhadores explicavam sua realidade social, apresentavam uma forma peculiar e própria de captar o discurso autoritário, decodificá-lo e reinterpretá-lo a seu modo. Se os trabalhadores assumiram o discurso estadonovista, e daí sua eficácia, não se tratava de simples reprodução. Longe de repetirem mimética e mecanicamente o discurso dominante, repensavam-no, reformulavam-no e filtravam-no, fazendo com que fosse contado e vivido de acordo com os seus parâmetros culturais de mundo, como também de acordo com as suas condições imediatas de vida. O conjunto de imagens produzidas pelos trabalhadores não pode ser reduzido a uma cópia malfeita, caracterizando-se esses indivíduos como meros reprodutores do pensamento dominante. É certo que as pessoas comuns tinham informações dos acontecimentos políticos e da doutrina estatal, utilizando-as quando contavam sua realidade social; mas, quando o faziam, usavam tais informações em proveito próprio, trabalhando por suas demandas. O discurso dominante chegou e ficou, mas de uma certa maneira: instrumentalizado.

Vistas de cima, porém, as enunciações dos trabalhadores podem sugerir apenas um conformismo generalizado. Mas conformismo e passividade muitas vezes estão nos olhos de quem os vê. O fato de escreverem ao presidente da República já demonstra que eles não estavam passivos ou resignados. O apoio e a confiança que depositavam em Vargas, aqui, são entendidos como aceitação a um estado de coisas que fugia a seu controle. Aceitavam, pois naquele momento não havia alternativas e, além disso, seu intuito não era apenas o de exaltar gratuitamente Vargas, mas, sim, dar um passo à frente, avançar, conseguir um emprego, um aumento salarial ou melhorar de vida. A aceitação do regime, enfim, não implicava necessariamente resignação ou conformismo.

## Bibliografia

- BARDIN, Laurence. 1979. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- BAKHTIN, Mikhail. 1986. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. 1987. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo, Hucitec/Editora Universidade de Brasília.
- BOSI, Ecléa. 1986. *Cultura de massa e cultura popular. Leituras operárias*. 6. ed. Petrópolis, Vozes.
- BURKE, Peter. 1989. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTRO GOMES, Ângela. 1979. *Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus.
- \_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Lúcia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. 1982. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. 1988. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice.

- CHAUÍ, Marilena. 1987. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense.
- DARNTON, Robert. 1986. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal.
- GENOVESE, Eugene. 1988. *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. v. 1.
- GINZBURG, Carlo. 1987. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GUZZO DECCA, Maria A. 1987. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- JANOTTI, Maria de Lourdes (coord.). "Memória e Estado Novo". Em SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 13. Curitiba, 1985. *Anais*, Curitiba, s. ed., 1985.
- MUNAKATA, Kazumi. 1984. *A legislação trabalhista no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense.
- THOMPSON, Edward. 1979. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editorial Critica.

---

Jorge Luiz Ferreira é mestre em história pela Universidade Federal Fluminense, onde desde 1985, é professor de história da América. É autor, ainda, do livro *Incas e astecas - culturas pré colombianas* (São Paulo, Ática, 1988).